

PROCESSO LICITATÓRIO № 017/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR nº 123/06 E DECRETOS

MUNICIPAIS Nº 021/2023 E 027/2023 E SUBSIDIARIAMENTE O DECRETO FEDERAL Nº

10.024/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (GLP) E ÁGUA MINERAL PARA ATENDER ÀS

NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VARGINHA.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 06 DE MARÇO DE 2025. RECEBIMENTO DE

PROPOSTAS: ATÉ ÀS 09:00 HORAS DE 06/03/2025. ABERTURA DAS PROPOSTAS:

09:00 HORAS.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL

– www.licitardigital.com.br

TIPO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de São José da

Varginha/MG, através do endereço eletrônico www.saojosedavarginha.mg.gov.br, na

Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereco eletrônico

www.licitardigital.com.br, também via e-mail: licitacao@saojosedavarginha.mg.gov.br, ou no

prédio sede da Prefeitura Municipal de São José da Varginha, no endereço Praça São José,

nº 10, Centro, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137



EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO № 017/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

TIPO: MENOR PREÇO

1 – PREÂMBULO

- 1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA VARGINHA-MG, realizará Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), conforme especificado no Anexo II deste edital.
 - **1.2** Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio designados através de ato do Prefeito anexado aos autos do procedimento e regido pelas Leis nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº. 021/2023 e 027/2023, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.
 - 1.3 O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de São José da Varginha/MG, através do endereço eletrônico www.saojosedavarginha.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através endereço do eletrônico www.licitardigital.com.br, também via e-mail: licitacao@saojosedavarginha.mg.gov.br, ou no prédio sede da Prefeitura Municipal de São José da Varginha, no endereço Praça São José, nº 10, Centro, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.
 - 1.4 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital deverá ser consultada no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal www.saojosedavarginha.mg.gov.br.

2- OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de gás de cozinha (GPL) e Água mineal para atender às necessidades do Município de São José da Varginha/MG, conforme descrito e especificado no Termo de Referência (Anexo II) a este instrumento convocatório.







3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.
- **3.2** Não poderão participar do presente certame a empresa:
- 3.2.1 Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.2 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- **3.2.3** Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- **3.2.4** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8°, V, da Lei n.° 9.605/1998;
- 3.2.5 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 3.2.6 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 3.2.6.1 Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 3.2.7 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 3.2.8 Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- **3.2.9** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.
- **3.2.10** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- **3.2.11** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
 - 3.2.11.1. Nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021 e precedentes do

Tribunande Contacida Estado de Wings Gereis pa vedação de que so a jurídica reunida PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







em consorcio é ato discricionário da Administração, devendo ser devidamente justificado nos autos. Sendo assim, justifica-se que, no presente caso, tal vedação se deve ao fato de haver uma pluralidade de fornecedores que possam atender ao objeto do certame de forma individual, sem a necessidade de consorciamento, conforme verificado na pesquisa de mercado; cabe ainda salientar que o consorciamento pode ser considerado antieconômico para a contratação, pois a união de empresas para fornecimento do objeto retiraria a possibilidade de competição entre os mesmos, elevando os preços para a presente contratação

[17:27, 13/02/2025] Lara Tatiele: Brilhou

- **3.3** Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br.
- **3.4** A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.
- 3.5 O fornecedor deverá estar localizado em um raio máximo de 25 km do local de fornecimento, garantindo agilidade na entrega e continuidade dos serviços municipais.

Justificativa para a Limitação Geográfica:

A limitação geográfica de 25 km para participação no presente processo licitatório se justifica pelas seguintes razões:

Ausência de espaço para armazenamento: O município não dispõe de almoxarifado ou local adequado para estocar grandes quantidades de gás de cozinha (GLP) e água mineral. Assim, é essencial que o fornecimento ocorra com regularidade e dentro de prazos reduzidos para atender às demandas emergenciais.

Prevenção de riscos e furtos: A compra parcelada evita a necessidade de armazenar grandes volumes, reduzindo riscos como extravios e furtos dos produtos adquiridos.

Garantia de fornecimento ágil: Como o município não manterá estoques desses itens, a proximidade do fornecedor é fundamental para evitar atrasos e transtornos que possam prejudicar o funcionamento das unidades municipais, incluindo escolas, creches, postos de saúde e demais repartições públicas que dependem do abastecimento regular desses insumos.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data**Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 **abertura do certame.** PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 da







- 4.1.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.
- **4.2** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- **4.3** A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

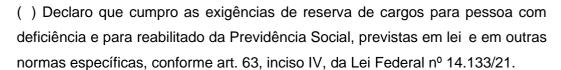
5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- **5.2** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
- 5.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de São José da Varginha, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- **5.4** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **5.5** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- **5.6** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 5.7 COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:
 - () Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
 - () Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.









- () Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- () Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1°, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- () Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- () Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- () Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.
- () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos
- **5.8 -** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE **HABILITAÇÃO**

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema proposta com a descrição do phieto ofertado e a preço, até a data e o borário estabelesidos para abertura da PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137









sessão pública. Neste momento os licitantes poderão também, encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital.

- **6.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
- **6.3** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **6.4** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **6.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- **6.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **6.7** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- **6.8** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
- **6.9** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **6.9.1** Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.
- **6.10** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.11 Todos en grundarumentos en itidas vermilingua estrangeira de verão ser entregues acompanhados da tradução bara 17/10327 512210 (1237) 3276 11 37 a por Tradutor Juramentado, ou Praça São Jose, 10 - Centro - São Jose da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- **6.12** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **6.13** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **6.14** Nos casos envolvendo documento subscrito por representante legal da licitante, fazse necessário apresentação de documento hábil de representação, podendo ser observado o modelo do **Anexo V**, ou Instrumento Público de Mandato (Procuração), outorgando expressamente poderes para a prática dos atos pertinentes à licitação.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - **7.1.1** Valor unitário e total do lote e seus itens;
 - **7.1.2** Marca dos produtos ofertados.
 - 7.1.2.1 Quando a marca do licitante for o nome do mesmo, deverá ser indicado como "marca própria", no campo "marca", do sistema eletrônico.
 - 7.1.3 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
 - **7.1.4** Os preços serão cotados com duas casas decimais.
- **7.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5 O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **7.6** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações quíblicas journado participarem de licitações aubiseas 001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, exclusivamente por meio do sistema, a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a seguir informada:

8.1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;
- **b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
- c) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
- d) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
- e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual-MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual-CCMEI;
- f) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- g) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF -FGTS), dem**ିମ୍ବର୍ଖ୍ୟ ଆପ୍ତାନ୍ତ୍ର ବିଜ୍ୟୁ ବିଜ୍** Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000



Lei:

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justica do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

8.1.3 - DA REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para abertura da sessão:
- b) No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente da certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

COMPROVAÇÃO DE MICROEMPRESA-ME OU EMPRESA DE 8.1.4 - DA PEQUENO PORTE-EPP

 a) Comprovação da condição de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, mediante certidão expedida pela Junta Comercial, ou outro órgão equivalente, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006. A comprovação exigida neste item apresentada após o dia 31 de janeiro do corrente ano, terá obrigatoriamente que ter sido emitida no exercício em curso.

8.1.5 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Certificado de Registro ou Licença emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em nome da empresa licitante, que comprove a autorização para comercialização de GLP.
- b) Auto de vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiro Militar do estado da sede do licitante
- c) Alvará de Funcionamento, atualizado e compatível com a atividade de comércio de GLP, emitido pela prefeitura da localidade onde a empresa está estabelecida.



8.1.6 - DA REPRESENTAÇÃO

- a) Para os casos de representação, indicação do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços conforme modelo do **Anexo VI**.
 - 8.2 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio da plataforma de Pregão Eletrônico, em formato digital, no prazo MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
 - 8.3 A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
 - **8.4** -. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.2.
 - **NOTA 1):** a) A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - b) Excepcionalmente, diante de documentação apresentada com defeito, o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão consultar os sites dos órgãos emissores para proceder a sua emissão, juntando-os aos autos.
 - **NOTA 2):** Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.
 - **NOTA 3):** Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:
 - "Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".





9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico ou Termo de Referência.
- **9.3** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **9.5** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.8 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.
- 9.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **9.10** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **9.11** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 9.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- **9.14** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, en cius ve rial são dos é da Varginha CNP do 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







- 9.15 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
 - **9.15.1** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor.
- 9.16 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 9.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **9.22** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.23 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- **9.24** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.25 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.26 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manufeatea Monidataiseacestabelevidonhase ന്റെ പാറുത്യ ഉള്ള ഉത്രമാശ്രമ്മാ PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- **9.27** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.28 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - 9.29.1 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - **9.29.2** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - **9.29.3** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - **9.29.4** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - **9.29.5** empresas brasileiras;
 - 9.29.6 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País:
 - **9.29.7** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preçerepara que seja estidas melhor propostar yedada aspegação em condições PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







diferentes das previstas neste Edital.

- 9.32 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.33 Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.34 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- **10.2** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 10.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 10.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- **10.6** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







- 10.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **10.9.1** Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.
- 10.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **10.11** O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 10.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "chat".

11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 11.1 Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- **11.2** O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.
- 11.3 Se a proposta de menor valor/maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a vencedor. PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





- 11.4 No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre precos unitários e totais, os primeiros.
- 11.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- **11.6** Serão rejeitadas as propostas que:
- 11.6.1 Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
- 11.6.2 Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
- 11.7 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.
 - **11.7.1** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 11.8 Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.
- 11.9 Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico- financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

- 12.1 A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.
- 12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.
- **12.1.2.** O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.



13 - DO RECURSO

- 13.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 13.2 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.
- 13.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 13.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 13.3.2 A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.
- **13.4** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- **14.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 14.3 A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será para efeitos de julgamento do tipo Menor) Presol, sen 60 cada tote correspondente a um item. Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 15.1 Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e/ou e-mail a assinar a Ata de Registro de Preços, que obedecerá ao modelo do Anexo III, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.
- 15.2 O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.
- 15.3 Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento. reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

16 – DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- **16.1** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21. § 1º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.
- **16.2** O contrato decorrente deste Pregão Eletrônico terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no art. 105, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- **17.1.1** E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
- 17.1.2 Assinar a Ata de Registro de Preçosno prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO.
- 17.1.3 Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da **Brateritude Novinipal**, São disárte a de sida mento principal de la particular de la particular







- 17.1.3.1 Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- 17.1.3.2 O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.
- 17.1.3.3 O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo CONTRATANTE, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- 17.1.4 Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
- **17.1.4.1** Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- 17.1.5 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de São José da Varginha, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 17.1.6 Substituir, conforme estipulação do Termo de Referência, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.
- **17.1.7** Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
- 17.1.8 Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- 17.1.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- **17.1.10** Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
- 17.1.11 Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 17.1.12 Respensabilizarisa palosoĝa ya rasyltantes nitej quaisquerzaçõeso demandas, custos PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







- e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- 17.1.13 Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- **17.1.14** Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

18 - DO CONTRATO

- **18.1** Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta Anexo IV, no prazo de 05 (cinco) dias uteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.
- **18.1.1** Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.
- **18.2** O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 19.1 O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.
- 19.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.
- **19.3** Acompanhar, fiscalizar e avaliar os fornecimentos/serviços do objeto deste Contrato;
- 19.4 Emitir as ordens de fornecimentos/serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- **19.5** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- **19.6** Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual:
- 19.7 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato. Prefeitura Municipal São José da Varginha CNPJ: 18.313.882/0001-00
 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







20 - DA FISCALIZAÇÃO

- **20.1** A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, por intermédio do setor requisitante que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- 20.2 Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:
 - a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
 - b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
 - c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
 - d) Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
 - e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise:
 - f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
 - g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
 - h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
 - i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
 - j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
 - k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
 - I) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
 - m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacione aduntado mio ipublica o desate la neatre inversión de son una competita del son una competita de son una competita de son una competita de son un

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







21. DO PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.
- **21.1.1** A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente somente responsável pela fiscalização que atestará realização dos ao serviços/fornecimentos e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- **21.1.2 -** A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos fornecimentos/serviços prestados pela fiscalização do Município de São José da Varginha e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
- 21.1.3 Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de São José da Varginha, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.
- 21.1.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de São José da Varginha.
- **21.2** A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.
- **21.3** O Município de São José da Varginha poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de São José da Varginha.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.







- c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do fornecimento/serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de São José da Varginha.
- d) Débito da CONTRATADA para com o Município de São José da Varginha quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- 21.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de São José da Varginha, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro-rata die.

21.5 - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das seguintes dotações:

Dotação	Ficha	Fonte/ Origem
02.03.10.04.122.0053.2009.3.3.90.30.00	76	1.500.000.0000
02.05.10.08.122.0012.2089 3.3.90.30.00	162	1.500.000.0000
02.06.10. 4.122.0014.2035 3.3.90.30.00	270	1.500.000.0000
02.07.10.12.361.0068.2049 3.3.90.30.00	374	1.500.000.0000
		1.550.000.0000
02.08.10. 0.122.0053.2028 3.3.90.30.00	454	1.500.000.0000
02.09.10.10.122.0134.2166 3.3.90.30.00	509	1.500.000.0000
02.10.01. 3.122.0053.2000 3.3.90.30.00	679	1.500.000.0000

21.5.1 - As despesas para os anos subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada na Lei Orçamentária Anual.

22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de São José da Varginha, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 ainda que inicial, intermedia necessaria de la Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00







- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;
- 22.2 As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.
- 22.3 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

- **22.4.1** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:
- **22.4.1.1** Retardarem a execução do pregão;
- **22.4.1.2** Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- **22.4.1.3** Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1 - O Objeto contratado terá vigência até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme art. 105 e segs., da Lei Federal nº 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores.







24 - DO REAJUSTAMENTO

24.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

25 – DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

25.1 - A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

26 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- **26.1** O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- **26.1.1** Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
- **26.1.2** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 26.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
- **26.1.3.1** O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 26.1.3.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1 Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.
- 27.2 Caso o adjudicatário não preste o(s) serviço(s) ou forneça o(s) bem(ns), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço/fornecimento.
- 27.3 É facultado ao PREGOEIRO ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- Prefeitura Municipal São José da Varginha CNPJ: 18.313.882/0001-00

 27.4 Qualquer solicita 🌠 🖽 Xd 🛱 700 🛱 📆 🕳 200 🛱 🕳 200 Pred Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

- **27.5** Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em fornecer/prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas
- 27.6 Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 27.7 Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.
- 27.8 A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.
- **27.9** Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 27.10 A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o CONTRATANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.
- 27.11 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.
- **27.12** A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 27.13 O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **27.14 –** É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.
- 27.15 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **PREGOEIRO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
- 27.16 Integram ด สิเคราะ โรมีสโรงส์ José da Varginha CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





- a) Anexo I Estudo Técnico Preliminar;
- b) Anexo II Termo de Referência
- c) Anexo III Modelo Proposta de Preços;
- d) Anexo IV Minuta da Ata de Registro de Preços;
- e) Anexo V Minuta do Contrato;
- f) Anexo VI Modelo de Credenciamento/Procuração;
- **g)** Anexo VII Modelo de documento indicando pessoa para assinar a Ata de Registro de Preços (para os casos de representação).
- 27.17- Interessados poderão adquirir cópia do Edital e seus anexos da seguinte forma: via download do arquivo através do Portal Eletrônico http://www.licitardigital.com.br ou www.saojosedavarginha.mg.gov.br, solicitação licitacao@saojosedavarginha.mg.gov.br, ou no prédio sede da Prefeitura Municipal de São José da Varginha, no endereço Praça São José, nº 10, Centro, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, no endereço citado no Preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 16h ou pelo telefone (37) 3275-1242 e acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico http://www.licitardigital.com.br e www.saojosedavarginha.mg.gov.br.
- **27.18** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 27.19 No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 27.20 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir- se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 27.21 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 conforme faculta o Art. 59, 1842/c/(37913:264-d22/Lei37):ederal 113/14.133/21.







27.22 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório

mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor

às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal

Brasileiro.

27.23 - O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões

de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como

prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar

qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que

afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à

indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

27.24 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.25 - O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

27.26 - Fica eleito o foro da Comarca de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, para dirimir

eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como

renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

São José da Varginha, 13 de fevereiro de 2025.

Sirley da Silva de Oliveira

Prefeito

Lara Tatiele Maciel da Silva

Pregoeiro



ANEXO I PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2025 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 TIPO: MENOR PRECO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Inciso XX, art. 6º, Lei Federal n. 14.133/21.

1 - ÁREA REQUISITANTE

Secretaria/Setor/Departamento	Responsável		
Secretaria Municipal de Administração,	José Alves de Carvalho Neto, Joel		
Secretaria Municipal de Obras e Serviços	Nogueira de Souza, Silvia Martins		
Urbanos, Secretaria Municipal de Educação,	Binder, Lilia Patrícia Rodrigues		
Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria	Pascoal, Josiana Soares Carvalho		
Municipal de Assistência Social, Secretaria	Santana, Uanderson José Alves		
Municipal de Desenvolvimento Econômico,	Martins, Gabriel Antônio Pereira		
Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria	Paulino, Milton Gomes da Costa.		
Municipal da Cultura, Esporte, Lazer e			
Turismo. Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137			









2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação para o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral é essencial para atender às necessidades do Município de São José da Varginha, garantindo o abastecimento contínuo e adequado desses itens para suprir as demandas internas da administração pública.

A água mineral é indispensável para o consumo diário em órgãos municipais, assegurando a hidratação adequada de servidores e usuários dos serviços públicos. Já o gás de cozinha é fundamental para o preparo de refeições em unidades de ensino e creches, onde é utilizado na merenda escolar destinada aos alunos e crianças. Além disso, em outras dependências da administração municipal, como copas de órgãos públicos, seu uso se dá, principalmente, no preparo de café para servidores e usuários.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, conforme previsto na legislação vigente, que estabelece essa modalidade como a mais adequada para a aquisição de bens e serviços comuns, assegurando maior competitividade, transparência e economicidade. A medida justifica-se pela necessidade de manter a regularidade no fornecimento desses insumos essenciais, garantindo que o abastecimento ocorra de forma eficiente, dentro dos prazos exigidos e com a qualidade necessária para atender às demandas da administração pública. A ausência desses suprimentos poderia comprometer o atendimento adequado às necessidades municipais, tornando indispensável a realização do processo licitatório.

Portanto, a contratação visa assegurar o fornecimento contínuo de gás de cozinha e água mineral, promovendo a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela administração municipal. O procedimento adotado garante ampla concorrência, economicidade e conformidade com as normas aplicáveis, viabilizando uma aquisição ágil e eficiente, de forma a atender plenamente às necessidades operacionais do Município de São José da Varginha.

3 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O objeto da presente contratação está alinhado ao planejamento das contratações da Prefeitura. Contudo, não está vinculado ao PCA (Plano de Contratação Anual) visto que este ainda não foi elaborado.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137







4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de gás de cozinha (GLP) e água mineral deverá atender aos seguintes requisitos, garantindo o fornecimento adequado e contínuo para as necessidades do Município de São José da Varginha.

Qualidade e Segurança dos Produtos:

- A água mineral deverá ser envasada em embalagens íntegras, lacradas e dentro do prazo de validade, seguindo todas as normas sanitárias e de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores;
- O gás de cozinha (GLP) deverá ser fornecido em botijões ou recipientes devidamente lacrados, em conformidade com as normas de segurança e transporte de produtos inflamáveis:
- O fornecedor deve garantir que os produtos sejam transportados e armazenados de forma a preservar sua qualidade e integridade até a entrega no destino final;
- Todas as entregas devem cumprir as normas sanitárias e de segurança vigentes, assegurando que os itens estejam livres de qualquer risco à saúde e em conformidade com as regulamentações aplicáveis.

Condições de Fornecimento e Entrega:

- O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda das unidades administrativas do município;
- Os produtos deverão ser entregues rigorosamente nos locais e horários especificados na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), expedida pelo Setor de Compras, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- O fornecedor deverá cumprir os prazos estabelecidos, evitando atrasos que possam comprometer o funcionamento das unidades municipais;
- As entregas de água mineral deverão ser realizadas em veículos apropriados para o transporte de alimentos, garantindo sua integridade e qualidade para consumo;
- As entregas de gás de cozinha (GLP) devem seguir todas as normas de segurança exigidas para transporte e manuseio de produtos inflamáveis;
- O fornecedor deverá estar localizado em um raio máximo de 25 km do local de fornecimento, garantindo agilidade na entrega e continuidade dos serviços municipais.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000



32



Justificativa para a Limitação Geográfica:

A limitação geográfica de 25 km para participação no presente processo licitatório se justifica pelas seguintes razões:

- Ausência de espaço para armazenamento: O município não dispõe de almoxarifado ou local adequado para estocar grandes quantidades de gás de cozinha (GLP) e água mineral. Assim, é essencial que o fornecimento ocorra com regularidade e dentro de prazos reduzidos para atender às demandas emergenciais.
- Prevenção de riscos e furtos: A compra parcelada evita a necessidade de armazenar grandes volumes, reduzindo riscos como extravios e furtos dos produtos adquiridos.
- Garantia de fornecimento ágil: Como o município não manterá estoques desses itens, a proximidade do fornecedor é fundamental para evitar atrasos e transtornos que possam prejudicar o funcionamento das unidades municipais, incluindo escolas, creches, postos de saúde e demais repartições públicas que dependem do abastecimento regular desses insumos.

Sustentabilidade e Eficiência:

- Sempre que possível, deverão ser priorizadas embalagens retornáveis ou recicláveis para os produtos fornecidos, reduzindo o impacto ambiental;
- A contratação poderá considerar fornecedores que adotem práticas sustentáveis na distribuição e comercialização dos produtos;
- A aquisição deve incentivar o fornecimento por distribuidores locais, promovendo o desenvolvimento econômico da região.

Conformidade Legal

- O fornecedor deverá atender a todas as exigências legais e fiscais para a comercialização dos produtos, incluindo certificações e registros exigidos pelos órgãos competentes;
- Os produtos entregues deverão estar de acordo com as especificações e quantidades indicadas na solicitação, sem alterações que comprometam sua adequação ao consumo e uso previsto.

Esse conjunto de requisitos visa garantir que o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral atenda plenamente às necessidades do Município de São José da Varginha, assegurando segurança, qualidade e eficiência na prestação dos serviços municipais.

5 - ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS





Os quantitativos estimados para esta contratação foram definidos com base nas necessidades identificadas para o fornecimento contínuo de gás de cozinha (GLP) e água mineral, destinados a atender as demandas do município de São José da Varginha.

O histórico de consumo e os quantitativos previstos neste Estudo Técnico Preliminar foram devidamente analisados e previamente autorizados pelo gestor responsável da Prefeitura Municipal, garantindo que as aquisições atendam adequadamente às exigências da administração pública e às necessidades efetivas de fornecimento, mantendo a regularidade e a qualidade do abastecimento.

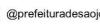
Segue especificação do objeto:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto
1	30	М	Mangueira ½ para gás de cozinha (GLP).
2	25	Conj.	Mangueira ½, com no mínimo 1,5m, para botijão de gás de cozinha (GLP) com válvula.
3	20	Unid.	Válvula para botijão de gás de cozinha (GLP).
4	400	Unid.	Reabastecimento gás de cozinha (GLP), botijão de 13 kg líquido.
5	50	Unid.	Vasilhame botijão gás de cozinha (GLP), botijão comporta 13 kg de gás GLP – fornecimento de botijão vazio.
6	5000	UNID.	Reabastecimento água mineral – galão de 20L.
7	150	UNID.	Garrafão plástico + água mineral (galão de 20L).
8	2000	UNID.	Água mineral, natural, potável, sem gás, embalada em garrafa descartável de 500 ml, tipo pet.

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para fins de levantamento de mercado, foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas,







com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

Após análise, concluiu-se que para a contratação do objeto, a realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico é a solução mais apta a atender as necessidades da Administração, uma vez que irá proporcionar uma maior participação de licitantes interessadas, garantindo a ampla concorrência e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública.

Além disso, a escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se nos princípios da economicidade, transparência e eficiência, assegurando que o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral ocorra de forma regular, atendendo adequadamente às demandas do município de São José da Varginha.

7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem a finalidade de garantir o fornecimento contínuo de gás de cozinha (GLP) e água mineral para atender às demandas dos órgãos e serviços públicos do Município de São José da Varginha/MG, assegurando o funcionamento adequado das atividades administrativas e operacionais.

Para que fossem alcançados os resultados pretendidos, foi realizado um comparativo entre as seguintes soluções de mercado: aquisição direta por dispensa de licitação e realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

Após análise, verificou-se que a solução Pregão Eletrônico se mostrava mais viável economicamente para o município e, consequentemente, mais vantajosa, pois possibilita maior concorrência, transparência e melhores condições de preços. Além disso, essa modalidade assegura eficiência no processo de aquisição, garantindo o atendimento das demandas dentro dos prazos necessários.

A adoção do Pregão Eletrônico, com julgamento pelo critério de Menor Preço, decorre da necessidade de contratações frequentes e da impossibilidade de armazenamento em grande escala dos produtos adquiridos. Considerando que o município não dispõe de estrutura adequada para estoques prolongados, a contratação parcelada via pregão possibilita o Preteitura Municipal Sao Jose da varginna - CNPJ: 18.313.882/UUU1-UU PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000



35



fornecimento conforme a demanda, evitando desperdícios e otimizando a gestão dos recursos públicos.

Os produtos a serem adquiridos são considerados bens comuns, conforme as especificações usuais de mercado, o que permite sua licitação por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

Dessa forma, a realização do Pregão Eletrônico mostra-se a solução mais adequada e vantajosa para atender às necessidades do Município de São José da Varginha/MG, garantindo eficiência, economicidade e transparência na contratação.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De acordo com o inciso I do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, as compras efetuadas pela Administração devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. No caso da presente contratação, a divisão é essencial, pois a entrega dos produtos não pode ser realizada de uma só vez, devido às limitações de armazenamento e à própria natureza do objeto, que visa ao fornecimento contínuo de gás de cozinha (GLP) e água mineral para atender às necessidades do Município de São José da Varginha.

Além disso, a contratação será estruturada em itens unitários para estimular a competitividade e ampliar a participação dos fornecedores, o que pode resultar na obtenção de melhores preços. Essa medida está alinhada às boas práticas da administração pública e ao princípio da ampla concorrência, garantindo que o processo de aquisição seja realizado de forma eficiente e vantajosa para a Administração.

10 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com esta contratação, atender à necessidade de aquisição de gás de cozinha (GLP) e água mineral, essenciais para garantir o fornecimento contínuo e adequado desses insumos às unidades administrativas do município de São José da Varginha/MG. Além disso, a contratação visa garantir a qualidade e a regularidade no abastecimento, promover a eficiência na utilização de recursos públicos, fomentar o desenvolvimento local e assegurar a continuidade dos serviços prestados à população. Com isso, espera-se que a execução do objeto contribua diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, oferecendo condições adequadas para o funcionamento das escolas, creches e outros serviços públicos municipais.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00



PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para esta contratação, não há necessidade de adaptações nas instalações do município nem de fornecimento de serviços adicionais para que os objetivos sejam plenamente alcançados.

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução, não há contratações que guardem relação, afinidade ou dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou previstas para o futuro.

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário, tão somente, que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e as normas vigentes da política de sustentabilidade ambiental.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

As secretarias municipais requisitantes, por meio dos seus secretários, declaram que é VIÁVEL esta contratação.

15 - RESPONSÁVEIS

José Alves de Carvalho Neto Secretário Municipal de Administração

Joel Nogueira de Souza Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







Silvia Martins Binder Secretária Municipal de Educação

Lilia Patrícia Rodrigues Pascoal Secretária Municipal de Fazenda

Josiana Soares Carvalho Santana Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Uanderson José Alves Martins Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

> Gabriel Antônio Pereira Paulino Secretário Municipal de Saúde

Milton Gomes da Costa Secretário Municipal da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







ANEXO II PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2025 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 **TIPO: MENOR PRECO**

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Responsável pela Demanda: José Alves de Carvalho Neto, Joel Nogueira de Souza, Silvia Martins Binder, Lilia Patrícia Rodrigues Pascoal, Josiana Soares Carvalho Santana, Uanderson José Alves Martins, Gabriel Antônio Pereira Paulino, Milton Gomes da Costa.

E-mail: administracao@saojosedavarginha.mg.gov.br

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de gás de cozinha (GLP) e água mineral para atender às necessidades do Município de São José da Varginha.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Unit.	Valor total
9	30	М	Mangueira ½ para gás de cozinha (GLP).	R\$16,10	R\$483,00
10	25	Conj.	Mangueira ½, com no mínimo 1,5m, para botijão de gás de cozinha (GLP) com válvula.	R\$55,66	R\$1.391,50
11	20	Unid.	Válvula para botijão de gás de cozinha (GLP).	R\$35,92	R\$718,40
12	400	Unid.	Reabastecimento gás de cozinha (GLP), botijão de 13 kg líquido.	R\$121,67	R\$48.668,00
13	50	Unid.	Vasilhame botijão gás de cozinha (GLP), botijão comporta 13 kg de gás GLP – fornecimento de botijão	R\$228,03	R\$11.401,50

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000









			vazio.		
14	5000	UNID.	Reabastecimento água mineral – galão de 20 l	R\$13,33	R\$66.650,00
15	150	UNID.	Garrafão plástico + água mineral (galão de 20 l)	R\$28,02	R\$4.203,00
16	2000	UNID.	Água mineral, natural, potável, sem gás, embalada em garrafa descartável de 500 ml, tipo pet	R\$2,50	R\$5.000,00

O objeto da presente desta contratação é considerado bens comuns, pois seus padrões de desempenho e características, tanto gerais quanto específicas, podem ser definidos de forma objetiva com base em especificações usuais no mercado.

A execução do objeto será realizada por meio de fornecimento parcelado, conforme a necessidade das unidades administrativas, mediante solicitação formal à empresa contratada. O fornecimento ocorrerá conforme um cronograma de entregas estabelecido, garantindo que o produto seja disponibilizado de forma adequada e dentro dos padrões de qualidade exigidos.

Após a solicitação e recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura, o fornecedor terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para efetivar a entrega. A NAF indicará os itens a serem fornecidos, os horários e os locais de entrega, conforme relação dos endereços:

PERÍMI	ETRO URBANO	
LOCAL DE ENTREGA	NAF's / SETOR	HORÁRIO
Praça São José, Nº 10, Centro, São José da	Secretaria Municipal de Administração;	07:00 às
Varginha/MG	Secretaria Municipal de Educação;	16:00
	Secretaria Municipal de Fazenda,	
	Secretaria Municipal de	
	Desenvolvimento Econômico	
Rua Jacinta Braga, Nº 69, Centro, São José da	Secretaria Municipal de Obras E	07:00 às
Varginha/MG	Serviços Urbanos	16:00
Rua Rio de Janeiro, 13, Centro, São José da	Secretaria Municipal de Saúde	07:00 às
	arginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 221 (37) 3275-1137	16:00

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







Rua Jacinta Braga, Nº 75, Centro, São José da Varginha/MG	Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo	07:00 às 16:00
Praça Salvador Dali, Nº 30, Centro, São José da Varginha/MG	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07:00 às 16:00
Praça Salvador Dali, Nº 30, Centro, São José da Varginha/MG	Escola Municipal José Moreira Duarte Filho	07:00 às 16:00
Praça Maria da Conceição Soares Barbosa Nº 07, Centro, São José da Varginha/MG	CEMEI Dona Rosália Maria Rezende	07:00 às 16:00
Praça Salvador Dali Nº 30, Centro, São José da Varginha/MG	CRAS Municipal	07:00 às 16:00
Avenida José Augusto de Morais, Nº 09, Centro, São José da Varginha/MG	Farmácia de Minas	07:00 às 16:00
Avenida José Augusto de Morais, S/Nº, Centro, São José da Varginha/MG	DEMAE	07:00 às 16:00
Rua Jacinta Braga, Nº 67, São José da Varginha/MG	Conselho Tutelar	07:00 às 16:00
Avenida Brasil, nº 276, São Francisco, São José da Varginha/MG	Unidade Básica de Saúde	07:00 às 16:00
ZO	NA RURAL	

LOCAL DE ENTREGA	NAF's / SETOR	HORÁRIO
Povoado de Conquista (Rua das Palmeira	Creche Cantinho Encantado e Escola	07:00 às
S/Nº), São José da Varginha/MG	Municipal Amélia Nogueira Duarte	16:00
Povoado de Lagoa Preta, São José da	Escola Municipal Professor Pereira da	07:00 às 11:00
Varginha/MG	Costa	

Os endereços informados referem-se às localizações atualmente previstas para o fornecimento. No entanto, a Administração Pública reserva-se o direito de indicar novos endereços dentro do Município, seja por mudanças de localização ou por novas necessidades administrativas, devendo o fornecedor atender a essas alterações conforme orientação oficial.







2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A Fundamentação do procedimento licitatório realizado, encontra-se previsto na Lei nº 14.133/2021, que regula as contratações públicas no Brasil. O pregão presencial está previsto no art. 6, inciso XLI da referida lei.

A contratação para o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral é essencial para atender às necessidades do Município de São José da Varginha, garantindo o abastecimento contínuo e adequado desses itens para suprir as demandas internas da administração pública.

A água mineral é indispensável para o consumo diário em órgãos municipais, assegurando a hidratação adequada de servidores e usuários dos serviços públicos. Já o gás de cozinha é fundamental para o preparo de refeições em unidades de ensino e creches, onde é utilizado na merenda escolar destinada aos alunos e crianças. Além disso, em outras dependências da administração municipal, como copas de órgãos públicos, seu uso se dá, principalmente, no preparo de café para servidores e usuários.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, conforme previsto na legislação vigente, que estabelece essa modalidade como a mais adequada para a aquisição de bens e serviços comuns, assegurando maior competitividade, transparência e economicidade. A medida justifica-se pela necessidade de manter a regularidade no fornecimento desses insumos essenciais, garantindo que o abastecimento ocorra de forma eficiente, dentro dos prazos exigidos e com a qualidade necessária para atender às demandas da administração pública. A ausência desses suprimentos poderia comprometer o atendimento adequado às necessidades municipais, tornando indispensável a realização do processo licitatório.

Portanto, a contratação visa assegurar o fornecimento contínuo de gás de cozinha e água mineral, promovendo a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela administração municipal. O procedimento adotado garante ampla concorrência, economicidade e conformidade com as normas aplicáveis, viabilizando uma aquisição ágil e eficiente, de forma a atender plenamente às necessidades operacionais do Município de São José da Varginha.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os Requisitos da contração encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5 - EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto será realizada por meio de fornecimento parcelado, conforme a necessidade das unidades administrativas, mediante solicitação formal à empresa contratada. O fornecimento ocorrerá conforme um cronograma de entregas estabelecido, garantindo que o produto seja disponibilizado de forma adequada e dentro dos padrões de qualidade exigidos.

Após a solicitação e recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura, o fornecedor terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para efetivar a entrega. A NAF indicará os itens a serem fornecidos, os horários e os locais de entrega, conforme relação dos endereços:

PERÍMETRO URBANO					
LOCAL DE ENTREGA	NAF's / SETOR	HORÁRIO			
Praça São José, Nº 10, Centro, São José da	Secretaria Municipal de Administração;	07:00 às			
Varginha/MG	Secretaria Municipal de Educação;	16:00			
	Secretaria Municipal de Fazenda,				
	Secretaria Municipal de				
	Desenvolvimento Econômico				
Rua Jacinta Braga, Nº 69, Centro, São José da	Secretaria Municipal de Obras E	07:00 às			
Varginha/MG	Serviços Urbanos	16:00			
Rua Rio de Janeiro, 13, Centro, São José da	Secretaria Municipal de Saúde	07:00 às			
Varginha/MG		16:00			
Rua Jacinta Braga, Nº 75, Centro, São José da	Secretaria Municipal de Cultura,	07:00 às			
Varginha/MG	Esportes, Lazer e Turismo	16:00			
Praça Salvador Dali, Nº 30, Centro, São José	Secretaria Municipal de	07:00 às			
da Varginha/MG	Desenvolvimento Social	16:00			
Praça Salvador Dali, Nº 30, Centro, São José Prefeitura Municipal São José da V	Escola Municipal José Moreira Duarte	07:00 às			

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000









LOCAL DE ENTREGA	NAF's / SETOR	HORÁRIO
ZO	NA RURAL	
José da Varginha/MG		16:00
Avenida Brasil, nº 276, São Francisco, São	Unidade Básica de Saúde	07:00 às
Varginha/MG		16:00
Rua Jacinta Braga, Nº 67, São José da	Conselho Tutelar	07:00 às
São José da Varginha/MG		16:00
Avenida José Augusto de Morais, S/Nº, Centro,	DEMAE	07:00 às
Centro, São José da Varginha/MG		16:00
Avenida José Augusto de Morais, Nº 09,	Farmácia de Minas	07:00 às
Varginha/MG		16:00
Praça Salvador Dali Nº 30, Centro, São José da	CRAS Municipal	07:00 às
07, Centro, São José da Varginha/MG		16:00
Praça Maria da Conceição Soares Barbosa N⁰	CEMEI Dona Rosália Maria Rezende	07:00 às
da Varginha/MG	Filho	16:00

Povoado de Conquista (Rua das Palmeira Creche Cantinho Encantado e Escola 07:00 às S/N°), São José da Varginha/MG Municipal Amélia Nogueira Duarte 16:00 Povoado de Lagoa Preta, São José da Escola Municipal Professor Pereira da 07:00 às 11:00 Varginha/MG Costa

Os endereços informados referem-se às localizações atualmente previstas para o fornecimento. No entanto, a Administração Pública reserva-se o direito de indicar novos endereços dentro do Município, seja por mudanças de localização ou por novas necessidades administrativas, devendo o fornecedor atender a essas alterações conforme orientação oficial.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Fica estabelecido que o(a) servidor(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto do presente Documento de Formalização de Demanda será designado posteriormente, cabendo-lhe anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, bem como determinar as providências necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados a Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

A Fiscalização deverá:

- 1) Atestar os relatórios;
- 2) Atestar as faturas/notas fiscais;
- 3) Acompanhar a execução dos serviços.

Para a Gestão do contrato fica designado o(a) Secretário Municipal de Administração, o Sr (a). José Alves de Carvalho Neto.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição do fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral será realizada conforme o cronograma e as informações estabelecidas neste Termo de Referência, seguindo os critérios abaixo:

Critérios de Fornecimento e Recebimento

- Entrega fracionada e programada: O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades administrativas do município, garantindo abastecimento contínuo e adequado.
- Recebimento provisório e definitivo: Cada entrega será submetida a uma verificação inicial no ato do recebimento, acompanhada da nota fiscal ou documento equivalente. A Administração poderá recusar total ou parcialmente o fornecimento caso o produto não esteja em conformidade com as especificações estabelecidas. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação e aceitação do produto pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- Conferência quantitativa e qualitativa: O recebimento será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que verificará:
 - 1. A quantidade entregue, conforme a nota fiscal e a ordem de fornecimento;
 - 2. A conformidade dos produtos, incluindo marca, especificações técnicas e integridade das embalagens;

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







3. A segurança no armazenamento e transporte, observando possíveis avarias ou irregularidades que comprometam a qualidade e a segurança dos produtos.

Critérios de Pagamento

O pagamento será realizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- Prazo para pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- Forma de pagamento: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, com crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- Inconformidades no fornecimento: Caso sejam identificadas irregularidades no fornecimento (exemplo: botijões danificados, lacres violados, produto fora das especificações ou embalagens comprometidas), a Administração poderá recusar a entrega total ou parcialmente, exigindo a substituição sem custo adicional para o município. Além disso, poderão ser aplicadas penalidades conforme previstas no contrato.

Esses critérios garantem a qualidade, segurança e regularidade do fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral, atendendo às necessidades operacionais da Administração Municipal de forma eficiente e transparente.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação para o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral será realizada por meio de pregão eletrônico, conforme a Lei nº 14.133/2021, seguindo os critérios estabelecidos para a seleção de fornecedores que atendam aos requisitos da Administração Municipal de São José da Varginha/MG. A empresa fornecedora será selecionada com base em critérios técnicos, jurídicos e financeiros, assegurando a qualidade, segurança e regularidade no fornecimento desses itens essenciais.

Critérios de Habilitação

- Habilitação Jurídica: Ato constitutivo, contrato social ou estatuto da empresa e comprovação de regularidade jurídica da administração.
- Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista: Certidão de regularidade fiscal (RFB, INSS e FGTS) e certidão negativa de débitos trabalhistas.



Qualificação Econômico-Financeira: Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e comprovação de capacidade financeira (balanço patrimonial ou documentos equivalentes).

Qualificação Técnica

- Certificado de Registro ou Licença emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em nome da empresa licitante, que comprove a autorização para comercialização de GLP.
- Auto de vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiro Militar do estado da sede do licitante
- Alvará de Funcionamento, atualizado e compatível com a atividade de comércio de GLP, emitido pela prefeitura da localidade onde a empresa está estabelecida.

Esses critérios garantem que a empresa selecionada possua a estrutura e qualificação necessárias para realizar o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral com segurança, eficiência e regularidade, atendendo plenamente às necessidades da administração municipal.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros que farão face às despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Do	otação	Ficha	Fonte/ Origem
02.03.10.04.122	2.0053.2009	76	1.500.000.0000
3.3.90.30.00			
02.05.10.08.122	2.0012.2089	162	1.500.000.0000
3.3.90.30.00			
02.06.10.	04.122.0014.2035	270	1.500.000.0000
3.3.90.30.00			





02.07.10.12.361	1.0068.2049	374	1.500.000.0000
3.3.90.30.00			1.550.000.0000
02.08.10.	20.122.0053.2028	454	1.500.000.0000
3.3.90.30.00			
02.09.10.10.122	2.0134.2166	509	1.500.000.0000
3.3.90.30.00			
02.10.01.	13.122.0053.2000	679	1.500.000.0000
3.3.90.30.00			

No exercício seguinte, o saldo remanescente às despesas relativas ao presente instrumento será empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, indicando-se os correspondentes créditos e empenhos para sua cobertura, cuja alocação será feita mediante apostilamento.

11 – DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

11.1. DO FORNECEDOR:

- 11.1.1. Fornecer o gás de cozinha (GLP) e a água mineral conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nas condições acordadas no contrato, respeitando os prazos de entrega, a qualidade e os padrões exigidos pela Administração Municipal de São José da Varginha/MG.
- 11.1.2. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a execução do objeto, comunicando imediatamente qualquer alteração que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, conforme as exigências legais e regulatórias.
- 11.1.3. Garantir que a entrega do GLP e da água mineral sejam realizadas de forma segura, sem causar danos ao município, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos decorrentes de falhas no fornecimento, omissões ou irregularidades no cumprimento das condições estabelecidas.
- 11.1.4. Cumprir as normas administrativas, regulamentações do município e a legislação vigente durante a execução do fornecimento, incluindo as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para o GLP e outras regulamentações pertinentes para a água mineral, garantindo conformidade com as exigências legais e regulatórias.
- 11.1.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral,

conforme a legislação Migente São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







- 11.1.6. Corrigir, às suas expensas, qualquer falha ou irregularidade nos produtos fornecidos quando identificada pela Administração Municipal, no prazo e forma acordados, garantindo a qualidade e a conformidade com as especificações.
- 11.1.7. Fornecer o GLP e a água mineral conforme as solicitações da Administração Municipal, respeitando os prazos de entrega e o cronograma definido pela Prefeitura, incluindo reposições emergenciais quando necessário.
- 11.1.8. Cumprir as demais obrigações estabelecidas no contrato, conforme a necessidade da Administração Municipal, em conformidade com as especificações e condições acordadas, assegurando a regularidade e qualidade do fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral.

11.2. DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (PREFEITURA):

- 11.2.1. Notificar o fornecedor sobre quaisquer irregularidades encontradas na entrega do GLP e da água mineral, fixando prazo para a correção das falhas, quando necessário.
- 11.2.2. Disponibilizar ao fornecedor todas as informações e documentos necessários para a execução do contrato, colaborando para o bom andamento do fornecimento e o cumprimento das condições acordadas.
- 11.2.3. Efetuar o pagamento pelo GLP e pela água mineral fornecidos, conforme as condições pactuadas no contrato, condicionando à entrega conforme o que foi acordado e ao cumprimento integral das obrigações de cada etapa do fornecimento, respeitando o prazo de pagamento estabelecido.
- 11.2.4. Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos entregues em desacordo com as condições estabelecidas no contrato, indicando as razões da recusa e solicitando a substituição, se necessário.

11.3. DAS PENALIDADES:

- 11.3.1. A inexecução total ou parcial das obrigações por parte do fornecedor sujeitará à aplicação das penalidades previstas no contrato, incluindo multa, rescisão contratual e/ou outras medidas cabíveis, conforme o caso.
- 11.3.2. O não cumprimento das obrigações pela Administração Municipal sujeitará à aplicação das penalidades legais previstas, incluindo o atraso no pagamento dos valores devidos ou a recusa da execução do objeto contratual.

São José da Varginha-MG, 05 de fevereiro de 2025.



José Alves de Carvalho Neto Secretário Municipal de Administração

Joel Nogueira de Souza Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

> Silvia Martins Binder Secretária Municipal de Educação

Lilia Patrícia Rodrigues Pascoal Secretária Municipal de Fazenda

Josiana Soares Carvalho Santana Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Uanderson José Alves Martins Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

> Gabriel Antônio Pereira Paulino Secretário Municipal de Saúde

Milton Gomes da Costa Secretário Municipal da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo









ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2025 **MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024**

(Modelo de proposta de preços)

Item	Quant.	Unid	Descrição do produto	Marca	Valor Unit.	Valor total
17	30	М	Mangueira ½ para gás de cozinha (GLP).			
18	25	Conj.	Mangueira ½, com no mínimo 1,5m, para botijão de gás de cozinha (GLP) com válvula.			
19	20	Unid.	Válvula para botijão de gás de cozinha (GLP).			
20	400	Unid.	Reabastecimento gás de cozinha (GLP), botijão de 13 kg líquido.			
21	50	Unid.	Vasilhame botijão gás de cozinha (GLP), botijão comporta 13 kg de gás GLP – fornecimento de botijão vazio.			
22	5000	UNI D.	Reabastecimento água mineral – galão de 20 l			
23	150	UNI D.	Garrafão plástico + água mineral (galão de 20 l)			
24	2000		Água mineral, natural, potável, sem gás, embalada em garrafa descartável de 500 ml, tipo pet			

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000









ANEXO IV PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2025 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 **TIPO: MENOR PRECO**

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARTES:

ORGAO GERENCIAD	OR: Muni	cípio de São	José da V	arginha, pess	soa jurío	dica, com	sede
na Praça São José, nº	10, Centro	o, CEP 35.69	4-000, na ci	dade de São	José da	ı Varginha	/MG,
nscrita no CNPJ/MF r	۱ ⁰ 18.313.8	382/0001-00,	neste ato r	epresentado	pelo	seu Pref	feito,
senhor				, po	rtador	do CPF	nº
DETENTORA:		,	pessoa	jurídica,	com	sede	na
		, nº	, Bair	ro	, CEI	P	_, na
	cidade	de		, inscrita	no	CNPJ/MF	nº
		, neste ato re	epresentada	a pelo seu		, senh	or(a)
		, por	tador do CP	F nº			
		·					
Pela presente Ata de	Registro (de Precos er	ntre as part	es acima qua	alificada	s. é firma	da e
ajustada, a contrataç	•	•	•	•			
01/2025, modo de d		_					
	•	·	•	•		•	
autorização constante					•		
				, mediante			∋ı
n. 14.133/21 e alteraçõ	es posteri	ores, em con	formidade o	om as cláusu	las que	seguem:	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 01/2025, seus anexos, a proposta da CONTRATADA e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.







CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1 Constitui o objeto do presente instrumento o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de gás de cozinha (GLP) e água mineral para atender às necessidades do Município de São José da Varginha, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº. 01/2025.
- 2.2 A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

PARÁGRAFO UNICO: Toda e qualquer alteração nos fornecimentos/serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de São José da Varginha.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 - Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR	VALOR
					UNIT.(R	TOTAL
					¢١	(R\$)
					\$)	(LA)

3.1.1	l - Dá-se à Ata o valor tota	IR\$	(١.
J. I . I	i • Da-se a Ala o valoi lola	ILΦ	(

3.2 - No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços/fornecimentos.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000



CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO **OBJETO**

- 5.1. Após assinatura da Ata de Registro de Preços o produto deve ser entregue de forma imediata conforme recebimento da respectiva ordem de fornecimento, expedida pelo Setor de Frotas.
- **5.3.** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na Proposta, devendo ser substituídos, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- **5.5.** O prazo de garantia contra defeito e vícios de fabricação será para cada item, sem qualquer ônus adicional para o Município de São José da Varginha, contados a partir do seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, compreendendo __/ _ / _ à _ / _ /__, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.
- § 1º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.
- § 2º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.
- § 3º O pedido de prorrogação de prazo para realização dos fornecimentos/serviços somente será conhecido pelo Município de São José da Varginha caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitação, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.
- **6.2 -** Se a CONTRATADA deixar de executar os serviços/fornecimentos dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço/objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- **7.1.1.** E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de São José da Varginha, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
- 7.2. Assinar a Ata de Registro de Precos no prazo estabelecido no item DAS CONDICÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 7.3. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, conforme descrito no Termo de Referência.
- 7.3.1. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- § 1º O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.
- § 2º O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de São José da Varginha, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município de São José da Varginha, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- **7.4.** Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
- **7.4.1.** Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- **7.5.** Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de São José da Varginha, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- **7.6.** Substituir, conforme estipulação do Termo de Referência, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00







- 7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá- la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- **7.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- **7.10.** Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
- 7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- 7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de São José da Varginha ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- **7.14.** Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **8.1.** O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.
- 8.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.
- **8.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar os fornecimentos/serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
- **8.4.** Emitir as ordens de fornecimentos/serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- **8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor; Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







- **8.6.** Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- 8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1 A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de São José da Varginha, por intermédio do setor requisitante, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- 9.2 Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de São José da Varginha e terá as seguintes atribuições:
- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- c) Assegurar à CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
- d) Agir e decidir em nome do Município de São José da Varginha inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas.
- e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do(s) produto(s).
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à **CONTRATADA**.
- k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de São José da Varginha...
- I) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer nativerezara ov dirieita i sacalassola avaigolosa o s natiementos. este / informações relacionados PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

- **10.1** O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30° (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.
- **10.1.1** A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente responsável fiscalização pela que somente atestará realização serviços/fornecimentos e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.
- **10.1.2 -** A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos fornecimentos/serviços prestados pela fiscalização do Município de São José da Varginha e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
- 10.1.3 Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de São José da Varginha, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.
- 10.1.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de São José da Varginha.
- **10.2** A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.
- **10.3** O Município de São José da Varginha poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de São José da Varginha.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida. Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





- c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço/fornecimento ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de São José da Varginha.
- d) Débito da CONTRATADA para com o Município de São José da Varginha quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- 10.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de São José da Varginha, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro-rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO

11.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO

12.1 - A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de São José da Varginha, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/servico para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição. Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;
- **13.2** As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.
- 13.3 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- **14.1** O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- **14.1.1** Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
- **14.1.2** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
- §1º O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Orgão Gerenciador.
- §2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

15.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21 e, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/19, ainda, aplicandolhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







15.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendose à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- **16.1** Fica eleito o foro da cidade de Pará de Minas/MG para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 16.2 Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

	São José da Varginha, _	de	de	
Órgão Gerenciadoı	r		Fornecedor	





ANEXO V PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2025 **MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 TIPO: MENOR PRECO**

	MINUTA DO INSTRUM	ENTO DE CONTRAT	O		
	CONTRA	ΓΟ N°			
PARTES:					
CONTRATANTE:	_, com sede na	, nº _, Bairro		,	CEP
	,	na cidade de			
		, inscrita no CNPJ/M	⁄IF nº	,	neste
	ato representado pe	elo seu Prefeito, senh	or		
	portador do CPF nº	, doravante der	nominada C	ONTRAT	ANTE
CONTRATADA:	_, com sede na		, nº,	Bairro	_
		CEP	, na	cidade	de
	/,	inscrita no CNPJ/MF	= nº		neste
	ato representada pe	elo seu, se	enhor		,
	portador do CPF	nº,	doravante	denon	ninada
	CONTRATADA				
autorizado, que se r	e acordado celebrar o pregerá pelas normas da L 125, modalidade Pregão	.ei Federal nº. 14.133/	21, decorrer	nte do Pro	ocesso
CLÁUSULA PRIME	EIRA – DO OBJETO.				
-	de empresa para o forne lemanda do Município de	_		e Água n	nineral

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório do nº. 017/2025, Pregão Eletrônico nº. 01/2025 bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO						
2.1 - O valor estimado deste contrato é de R\$ (),	correspondente	à			
proposta ofertada pela CONTRATADA.						

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR	VALOR
					UNIT.(R	TOTAL
					\$)	(R\$)

- 2.2 O CONTRATANTE poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.
- 2.3 Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até __/___, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.





- **4.1.1** A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente responsável fiscalização que pela somente atestará realização serviços/fornecimentos e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.
- 4.1.2 A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos fornecimentos/serviços prestados pela fiscalização do Município de São José da Varginha e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
- **4.1.3** Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de São José da Varginha, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.
- **4.1.4** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de São José da Varginha.
- **4.2** A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.
- **4.3** O Município de São José da Varginha poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de São José da Varginha.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do fornecimento/serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de São José da Varginha.
- d) Débito da CONTRATADA para com o Município de São José da Varginha quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento. 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







4.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de São José da Varginha, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro-rata die.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO **ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- 5.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis.
- **5.1.1** Após os primeiros 12 (doze) meses contados da orcamentação, os precos poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação do índice mais benéfico para o Município de são José da Varginha entre o IGPM, INPC ou IPCA.
- **5.2** Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, "d", da Lei Federal n° 14.133/21.
- 5.2.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.
- 5.2.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.
- 5.2.3. A planilha de custos deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:







Dotação	Ficha	Fonte/Origem

6.1.1 - As despesas para os anos subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- 7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de São José da Varginha, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
- 7.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, conforme descrito no Termo de Referência.
 - 7.2.1. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na Proposta, devendo ser substituídos, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - 7.2.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
 - 7.2.3. O prazo de garantia contra defeito e vícios de fabricação será para cada item, sem qualquer ônus adicional para o Município de São José da Varginha, contados a partir do seu recebimento definitivo.
- 7.3. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- § 1º O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000





- § 2º O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de São José da Varginha, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município São José da Varginha, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- **7.4.** Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
- **7.4.1.** Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- **7.5.** Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município São José da Varginha, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 7.6. Substituir, conforme estipulação do Termo de Referência os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.
- **7.7.** Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
- 7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá- la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do contratado, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- 7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- **7.10.** Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
- 7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **7.12.** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento. Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







- 7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de São José da Varginha ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- **7.14.** Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **8.1.** O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.
- 8.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.
- **8.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar os fornecimentos/serviços do objeto deste Contrato.
 - 8.3.1. A entrega do produto/serviço e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de São José da Varginha, por intermédio do setor requisitante que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- 8.4. Emitir as ordens de fornecimento/serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- **8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- **8.6.** Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- **8.7.** Cumprir com as obrigações constantes no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- **9.1.** O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.
- 9.2 Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos fornecimentos/serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.







CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- 10.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de São José da Varginha, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21:
- **10.2** As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.
- 10.3 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2025, Processo Licitatório nº 17/2025.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00

PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137

Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000







12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pará de Minas/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

	São José da Varginha, _	de _	de
Contratante			Contratada
TESTEMUNHAS:			
NOME:			
CPF:			
NOME:			
CPF:			







ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2025 **MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

MODELO DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a)portador(a)
da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação
instaurada pela Prefeitura Municipal de São José da Varginha/MG, na modalidade Pregão
Eletrônico nº 01/2025, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos
poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como
formular propostas, dar lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive
assinar Ata de Registro de Preços/Contratos.
,dede
Assinatura do Outorgante
QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:
 Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
1.1. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
 Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento

3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000

público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.



- 3.1. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
- 4. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2025 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

(MODELO)

PESSOA INDICADA PARA FINS DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Para os casos de representação)

Nome:		
Cargo que ocupa na E	Empresa:	
	Órgão expedidor: _ CPF:	
Estado Civil:	Nacionalidade:	
E-mail:		
	,dede 2024.	
(Representante	e legal)	
CPF		

Observação: Nos casos em que o licitante for representado por Procurador, deve-se encaminhar, junto a este anexo, Instrumento Particular de Mandato (Procuração), com firma reconhecida em cartório, podendo ser observado o modelo do Anexo VII, ou Instrumento Público de Mandato, outorgando expressamente poderes para a prática de todos os atos pertinentes à licitação. Este documento deverá ser colocado junto à documentação Habilitação.

Prefeitura Municipal São José da Varginha - CNPJ: 18.313.882/0001-00 PABX: (37) 3275-1221 (37) 3275-1137 Praça São José, 10 - Centro - São José da Varginha - Minas Gerais. CEP: 35.694-000

